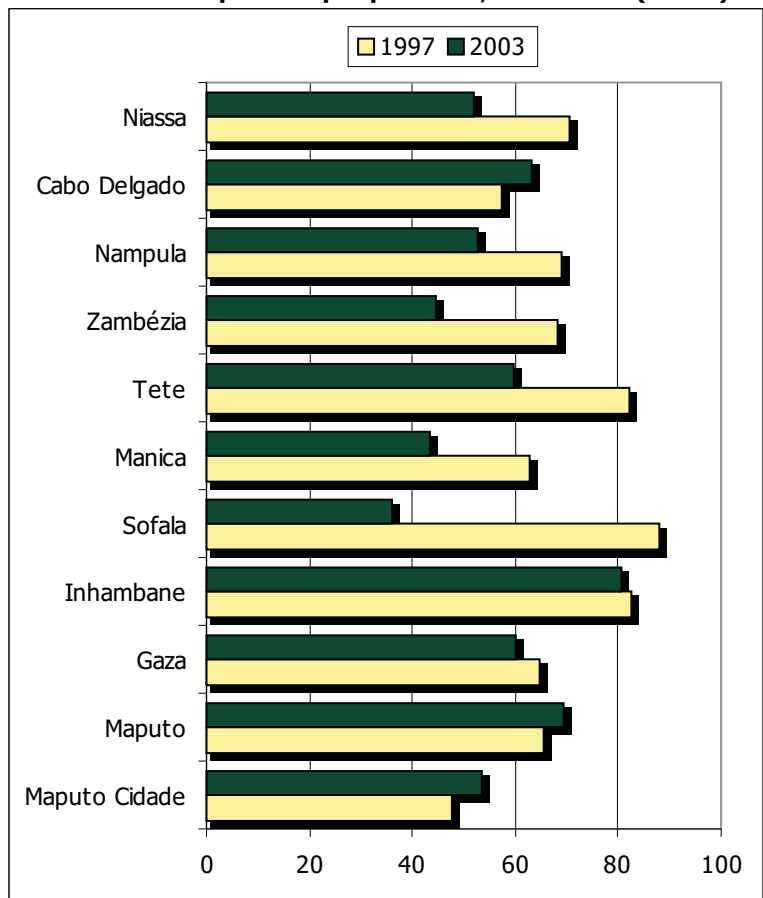


Incidência da pobreza por província, 1997-2003 (em %)



Fonte: MPF.

PARPA I e PARPA II

O Governo Moçambicano aprovou em 2001 o PARPA I (Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2001-2005), cuja meta principal era de reduzir os níveis de incidência da pobreza absoluta de cerca de 70%, em 1997, para menos de 60%, em 2005, e abaixo de 50%, em 2010. Com efeito, de acordo com o Índice de Incidência da Pobreza, a incidência da pobreza baixou de 69,4% para 54,1%, com uma queda ligeiramente superior da pobreza nas áreas rurais do que nas urbanas. O Índice de Profundidade da Pobreza, por sua vez, indica que a proporção de pessoas cujo consumo per capita está abaixo da linha de pobreza reduziu-se, a nível nacional, de 29,5% para 25,8% de 1997 para 2003. A maior variação verificou-se novamente no meio rural.

Em 2006, o Governo Moçambicano aprovou o novo Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009, denominado PARPA II, cuja meta principal é de reduzir a incidência da pobreza absoluta dos actuais 54,1% para 45% no final da actual década. O PARPA II dará maior ênfase a um maior crescimento económico e a uma integração económica de base mais alargada, com base em três pilares transversais (Boa Governação, Capital Humano e Desenvolvimento Económico) do que à abordagem sectorial do PARPA I.

Incidência e variação da pobreza por tipo de índice, a nível nacional e segundo área de residência, 1997-2003 (em %)

	Índice de Incidência da Pobreza			Índice de Profundidade da Pobreza		
	1997	2003	Diferença	1997	2003	Diferença
País	69,4	54,1	-15,3	29,3	25,8	-3,5
Urbano	62,0	51,5	-10,5	26,7	26,2	-0,5
Rural	71,3	55,3	-16,0	29,9	25,6	-4,3

Fonte: MPF.

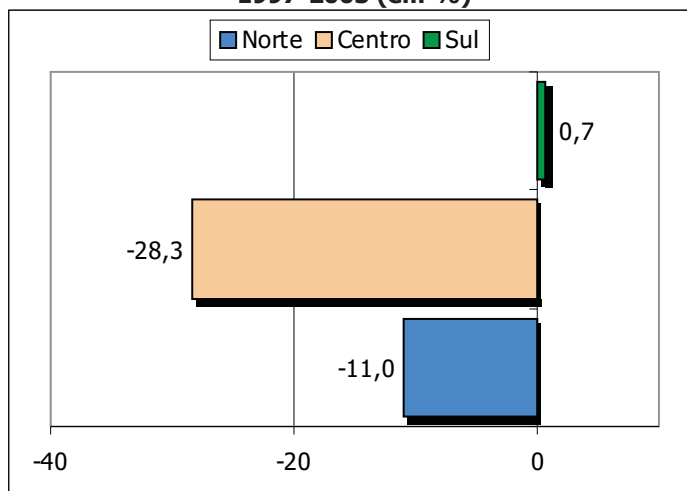
Resultados do IAF 2002/3:

- ▶ Os maiores índices de pobreza encontram-se, por ordem descendente, nas províncias de Inhambane, Maputo Província e Cabo Delgado;
- ▶ Os menores índices de pobreza, por ordem ascendente, encontram-se em Sofala, Manica e Zambézia;
- ▶ Em oito das onze Províncias do país houve redução dos índices de pobreza em relação à 1997.
- ▶ Contrariando a tendência geral, Cabo Delgado, Maputo Província e Maputo Cidade foram as Províncias em que houve aumento dos índices de pobreza;
- ▶ As maiores reduções dos índices de pobreza estão concentradas no Centro do país.

Casos especiais de redução da pobreza

Sofala teve a maior redução da pobreza pelo facto de as cheias de 1996/7 terem provocado redução dos rendimentos no sector agrícola e elevação dos preços de produtos básicos nos mercados locais. Além disso, considera-se que o padrão de vida desta Província era muito baixo pelo facto da mesma ter sido extremamente afectada pela guerra. Cabo Delgado, Maputo Província e Maputo Cidade tiveram aumento dos índices de pobreza. No primeiro caso, acredita-se que se subestimou a pobreza em 1997 por causa da qualidade dos dados do IAF daquele período, o que provocou a elevação do índice. Nos casos seguintes, Maputo Província e Maputo Cidade, a elevação dos índices de pobreza levou à deterioração das condições de vida nesses locais devido à apreciação do rand, que encareceu os produtos importados da África do Sul.

Varição da incidência da pobreza por região, 1997-2003 (em %)



Fonte: MPF.

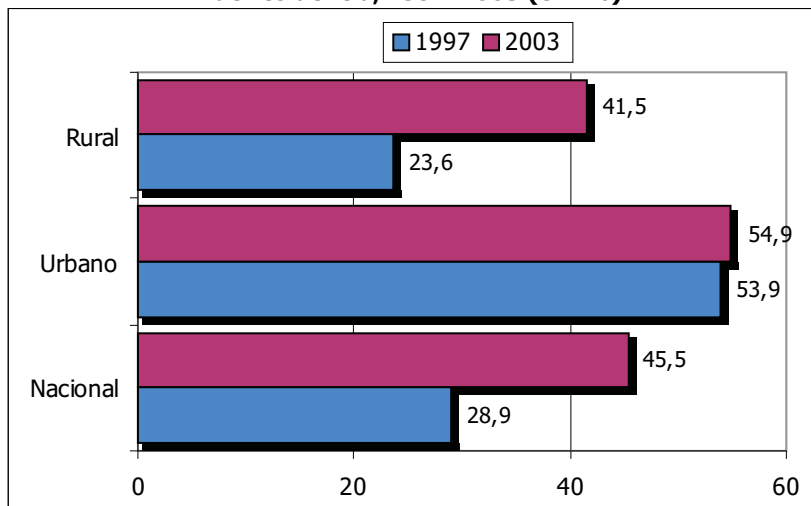
HIV/SIDA e redução da pobreza

A redução da pobreza verificada no período 1997/2003 apresenta uma aparente contradição. Sofala, a Província com maior índice de redução da incidência da pobreza absoluta, localiza-se na região Centro, onde se estimam as maiores taxas de prevalência do HIV/SIDA. Esta contradição é apenas aparente porque as estimativas de pobreza efectuadas até o presente momento não levam em conta a incidência do HIV/SIDA, cujos impactos no desenvolvimento são cruciais.

Evidências da redução da pobreza - I

A posse de bens duráveis é um indicador importante para a análise das condições de vida da população. Os bens duráveis mais comuns entre a população pobre em Moçambique são a bicicleta e o rádio. A posse deste último aumentou: 45,2% destes agregados familiares possuem este equipamento de acordo com o IAF 2002/3; no IAF 1996/7, a proporção era de 28,9%.

Agregados familiares com rádio a nível nacional e por área de residência, 1997-2003 (em %)

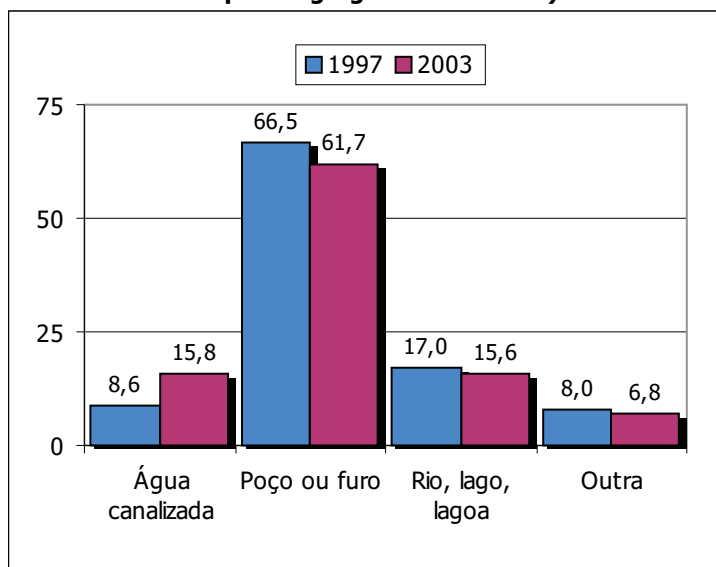


Fonte: INE, IAF 2002/3.

Taxa de analfabetismo por sexo, segundo idade, 1997-2003 (em %)						
	Censo 1997			IAF 2002/3		
	Ambos os sexos	Homens	Mulheres	Ambos os sexos	Homens	Mulheres
Total	60,5	44,6	74,1	53,6	36,7	68,0
15-19	49,6	28,9	59,2	37,9	27,2	48,0
20-29	55,8	40,4	67,8	50,7	36,0	61,1
30-39	57,2	36,1	75,4	50,4	29,8	68,2
40-49	68,3	48,2	86,4	60,3	34,5	82,6
50-59	76,5	59,8	91,1	67,3	45,8	88,1
60+	82,6	70,6	93,7	78,6	64,0	94,3

Fonte: INE, IAF 2002/3.

Fontes de água para beber, 1997-2003 (em % de uso pelos agregados familiares)



Fonte: IAF 2002/3.

Evidências da redução da pobreza - II

A educação registou resultados positivos. A população analfabeta reduziu-se de 60,5% em 1997 para 53,6% em 2003. No entanto, em termos de género a redução é menos acentuada para as mulheres. As maiores taxas de analfabetismo verificam-se nas idades mais avançadas.

Evidências da redução da pobreza - III

Em termos de condições de habitação, a principal fonte de água para beber dos agregados familiares ainda são os poços ou furos. Houve aumento da utilização de água canalizada, de 8,6% para 15,8%, e uma ligeira diminuição da utilização de poços ou furos, de 66,5% para 61,7%.

Evidências da redução da pobreza - IV

O total das despesas cresceu 49,5%, em média, a preços correntes de 2003. A divisão das despesas alimentares é a que menos cresceu, reflexo da decrescente importância relativa deste item. Por outro lado, a divisão dos transportes e comunicações é a que mais aumentou, reflexo de aumentos das tarifas dos transportes semi-colectivos, do número de agregados com pelo menos um carro, dos preços de combustíveis e do aparecimento da telefonia móvel.

Despesas per capita por divisões de despesa, 1997-2003 (em Meticais, a preços constantes^{/a})

	1997	2003	1996=100
Total de despesas	151.947	227.214	149,5
Alimentares	109.885	114.739	104,4
Vestuário e calçado	6.047	14.637	242,1
Habitação	28.643	65.344	228,1
Saúde	1.238	2.681	216,6
Transporte	2.429	19.674	810,0
Educação	1.678	6.054	360,8
Bens e serviços diversos	2.027	4.086	201,6

Fonte: INE, IAF 2002/3.

/a: Os valores monetários a preços constantes são obtidos calculando-se o volume físico das despesas per capita para os sucessivos períodos considerados aos preços de um determinado período-base (o ano de 1996, neste caso).

Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs)

Durante a década de 1990, as várias conferências das Nações Unidas traçaram uma série de objectivos e metas de desenvolvimento global a atingir que ficaram conhecidos como International Development Targets. Em Setembro de 2000, 147 Chefes de Estado e de Governo de 191 Nações adoptaram a Declaração do Milénio, que realça a importância da paz, da segurança e do desenvolvimento sustentável incluindo o meio ambiente, os direitos humanos e o princípio da Boa Governança. O conjunto dos objectivos e das metas foram agrupados naquilo que ficou conhecido como Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (MDMs).

Os ODMs baseam-se principalmente em oito macro-objectivos, a saber:

- 1. Erradicar a pobreza e a fome:** reduzir à metade, entre 1990 e 2015, a percentagem de pessoas que vivem com menos de um dólar por dia, parâmetro de medida da pobreza absoluta, bem como reduzir para a metade o número de pessoas que sofrem da fome;
- 2. Atingir a escolarização primária universal:** garantir que, até 2015, todas as crianças de ambos os sexos tenham a possibilidade de completar o nível de educação primário;
- 3. Promover a igualdade de género:** eliminar a disparidade de género na educação primária e secundária, preferivelmente até 2005, e a todos os níveis de ensino até 2015;
- 4. Reduzir a mortalidade infantil:** reduzir em dois terços a taxa de mortalidade infantil até aos 5 anos, até 2015;
- 5. Melhorar a saúde materna:** reduzir em três quartos a taxa de mortalidade materna, até 2015;
- 6. Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças:** reverter a tendência de disseminação do HIV/SIDA, da malária e de outras doenças endémicas;
- 7. Assegurar a sustentabilidade do meio ambiente:** (i) integrar os princípios de desenvolvimento sustentável e de tutela dos recursos naturais não renováveis nas políticas nacionais; (ii) reverter a tendência de extinção dos recursos ambientais; (iii) reduzir pela metade o número de pessoas sem acesso à água potável; (iv) atingir um incremento significativo do nível de vida de, pelo menos, 100 milhões de pessoas que vivem nos bairros periféricos até 2020;
- 8. Fomentar uma parceria global para o desenvolvimento:** (i) desenvolver sistemas financeiros e comerciais abertos, regulamentados e não discriminatórios; (ii) considerar as necessidades específicas dos países menos desenvolvidos tais como acesso aos mercados livres de tarifas e quotas, alívio e perdão de dívida significativo para os países pobres mais endividados, cancelamento da dívida bilateral oficial, e mais generosa assistência oficial para o desenvolvimento para os países comprometidos com a redução da pobreza; (iii) considerar as necessidades especiais dos países sem saída para o mar ou de pequenas ilhas em desenvolvimento; (iv) encarar os problemas inerentes à sustentabilidade da dívida a longo prazo nos países em via de desenvolvimento através de medidas nacionais e internacionais; (v) em cooperação com os países em vias de desenvolvimento, criar e implementar estratégias de melhoria das condições de trabalho juvenil; (vi) em cooperação com a indústria farmacêutica, melhorar o acesso aos medicamentos essenciais nos países em via de desenvolvimento; (vii) por meio do apoio ao sector privado, tornar acessíveis as novas tecnologias - sobretudo as Tecnologias de Informação e Comunicação.

Evolução de indicadores seleccionados dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs), 1990-2007^{a/}			
	1990/4	1995/9	2000/7
1. Erradicar a pobreza e a fome			
População com menos de USD 1,00 por dia (% do total)	...	38,0	...
População abaixo da linha da pobreza (% do total)	...	69,4	54,1
Fasquia de rendimento ou consumo dos 20% mais pobres (% do total)	...	6,5	...
Malnutrição infantil (% de crianças com menos de 5 anos com baixo peso)	23,7
População abaixo do nível mínimo de consumo calórico (% do total)	66,0	58,0	45,0
2. Atingir a escolarização primária universal			
Taxa líquida de escolarização no ensino primário (ambos os sexos)	44,7	49,7	71,0
Percentagem de alunos que atinge a 5ª. classe (%)	32,9	48,1	51,9
Taxa de alfabetização (15-24 anos, %)	48,8	...	48,1
3. Promover a igualdade de género			
Rácio raparigas/rapazes matriculados no ensino primário	0,8	0,8	0,9
Rácio raparigas/rapazes matriculados no ensino secundário	0,6	0,7	0,7
Rácio raparigas/rapazes matriculados no ensino superior	...	0,7	0,5
Rácio raparigas (15-24 anos) alfabetizadas/ rapazes	0,5	...	0,6
Proporção de assentos ocupados por mulheres no Parlamento (%)	16,0	25,0	37,6
4. Reduzir a mortalidade infantil			
Taxa de mortalidade de menores de 5 anos (por 1.000 nados-vivos)	235,0	212,0	152,0
Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	158,0	145,0	102,1
Imunização em sarampo (% de crianças de 12-23 meses vacinadas)	71,0	71,0	77,0
5. Melhorar a saúde materna			
Taxa de mortalidade materna (por 100.000 nados-vivos)	1.500,0	980,0	408,0
Nascimentos assistidos por técnicos qualificados de saúde (% do total)	51,6
6. Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças			
Prevalência do HIV/SIDA (% mulheres grávidas, cidade de Maputo, 15-49 anos)	20,7
Taxa de mortalidade por malária (por 100.000 pessoas, todas as idades)	232,0
Prevalência da tuberculose (% por 100.000 pessoas)	323,0	...	635,0
Casos de tuberculose tratados com sucesso sob DOTS (%) ^{b/}	67,0	71,0	75,8
7. Assegurar a sustentabilidade do meio ambiente			
Área florestal (% da área total das terras)	39,8	...	39,0
Uso de energia por unidade de PIB (equivalentes a PPP \$ por kg de óleo)	660,0	464,0	404,0
Emissões de CO ₂ (toneladas métricas per capita)	0,1	0,1	0,1
Acesso a fontes de água potável (% dos agregados familiares rurais)	26,0
Acesso a fontes de água potável (% dos agregados familiares urbanos)	72,0
Acesso a condições melhoradas de saneamento básico (% dos agregados familiares rurais)	14,0	...	36,3
Acesso a condições melhoradas de saneamento básico (% dos agregados familiares urbanos)	77,5
8. Fomentar uma parceria global para o desenvolvimento			
Rácio de serviço da dívida externa/exportação de bens e serviços	30,1	9,4	3,9
Linhas telefónicas fixas e móveis (por 100 pessoas)	0,4	0,6	4,1
Utilizadores de Internet (por 100 pessoas)	...	0,1	0,7
PCs (por 100 pessoas)	...	0,3	0,6

Fonte: INE e Divisão de Estatísticas das Nações Unidas (Millenium Indicators, http://unstats.un.org/unsd/mi/mi_goals.asp).

a/: Para cada período (1995-1999, por exemplo), considerou-se a estimativa mais actualizada do indicador dos ODMs dentro do respectivo período; b/: DOTS (sigla em inglês que significa Estratégia de Tratamento Directamente Observado de Curta Duração).